

No. 36628

**United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland
and
Brazil**

Exchange of notes between the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the Government of the Federative Republic of Brazil concerning the abolition of visas. London, 2 July 1998

Entry into force: 2 September 1998, in accordance with its provisions

Authentic texts: *English and Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, 17 May 2000*

**Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord
et
Brésil**

Échange de notes entre le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil relatif à la suppression de visas. Londres, 2 juillet 1998

Entrée en vigueur : 2 septembre 1998, conformément à ses dispositions

Textes authentiques : *anglais et portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, 17 mai 2000*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

I

The Secretary-General for External Relations of the Federative Republic of Brazil to Her Majesty's Minister of State for Foreign and Commonwealth Affairs

London

2 July 1998

Senhor Ministro de Estado,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência sobre uma proposta de Acordo de Vistos cujo objetivo é o de facilitar viagens de nacionais brasileiros para o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e de nacionais britânicos para a República Federativa do Brasil nos seguintes termos:

- I. Nos termos dos parágrafos 3, 4 e 5 desta Nota, os nacionais britânicos portadores de passaportes britânicos válidos, comprovando que o portador é cidadão britânico ou possui direito de residência no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, poderão viajar para a República Federativa do Brasil por períodos de até 90 (noventa) dias, sendo a estada limitada a 180 (cento e oitenta) dias por ano, sem necessidade de obtenção prévia de visto em seus passaportes. Os nacionais britânicos que desejarem permanecer na República Federativa do Brasil, por período superior ao que lhes foi concedido, devem requerê-lo às autoridades brasileiras competentes.
2. Nos termos dos parágrafos 3, 4 e 5 desta Nota, os nacionais brasileiros portadores de passaportes brasileiros válidos poderão viajar ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, às Ilhas do Canal e à Ilha de Man, sem a necessidade de obtenção prévia de visto em seus passaportes. Os nacionais brasileiros que desejarem permanecer no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, nas Ilhas do Canal e na Ilha de Man, por período superior ao que lhes foi concedido, devem requerê-lo às autoridades competentes do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, das Ilhas do Canal ou da Ilha de Man, conforme o caso.
3. Nenhuma disposição do presente Acordo isentará os nacionais brasileiros com destino ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Ilhas do Canal e Ilha de Man e nem os nacionais britânicos com destino à República Federativa do Brasil da necessidade de observar as respectivas leis e regulamentos concernentes a entrada e residência (temporária ou permanente) de estrangeiros e a participação dos mesmos em atividade remunerada, seja ela autônoma ou assalariada. Os viajantes que não puderem satisfazer os requerimentos legais das autoridades competentes estarão sujeitos a não receber permissão para entrada ou permanência no território da outra Parte Contratante.
4. As autoridades competentes da República Federativa do Brasil e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Ilhas do Canal e Ilha de Man reservam-se ao direito de negar entrada ou permanência em seus territórios nos casos em que o requerente for considerado indesejável ou inaceitável, no que diz respeito à política adotada pelos respectivos Governos quanto aos procedimentos de entrada ou permanência de estrangeiros.
5. Este Acordo não contempla os cidadãos brasileiros que viajem para territórios não citados no parágrafo 2, cujas relações internacionais são da responsabilidade do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.
6. O Governo da República Federativa do Brasil ou o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte podem temporariamente suspender as disposições citadas, no todo ou em parte, por motivo de ordem pública. Nesses casos a suspensão ou a interrupção da suspensão deverá ser notificada ao outro Governo, por via diplomática, e entrará imediatamente em vigor.

7. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes com notificação prévia de 30 (trinta) dias, por escrito, à outra Parte.

Caso as propostas acima sejam aceitáveis para o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, tenho a honra de sugerir que a presente Nota, juntamente com a resposta de Vossa Excelência, venham a constituir um Acordo de Vistos entre os dois Governos e que esse Acordo entre em vigor 60 (sessenta) dias após a data da resposta de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os profestos de minha mais alta consideração.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

[TRANSLATION - TRADUCTION]¹

The Secretary-General for External Relations of the Federative Republic of Brazil to Her Majesty's Minister of State for Foreign and Commonwealth Affairs

London, 2 July 1998

I have the honour to inform Your Excellency of a proposal for an Agreement relating to Visas with a view to facilitating travel by Brazilian nationals travelling to the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and British nationals proceeding to the Federative Republic of Brazil. The terms of the proposed Agreement are as follows:

1. Subject to the provisions of paragraphs 3, 4 and 5 of this Note, British nationals holding valid British passports showing that the holder is a British citizen, or otherwise has the right of abode in the United Kingdom, shall be free to travel to the Federative Republic of Brazil for periods of up to 90 (ninety) days, limited to 180 (one hundred and eighty) days per calendar year, without the necessity of first obtaining a visa in their passports. British nationals wishing to stay in Brazil for longer than that period shall make an application to the competent Brazilian authorities.

2. Subject to the provisions of paragraphs 3, 4 and 5 of this Note, Brazilian nationals holding valid Brazilian passports shall be free to travel to the United Kingdom, the Channel Islands and the Isle of Man without the necessity of first obtaining a visa in their passports. Brazilian nationals wishing to stay in the United Kingdom, the Channel Islands or the Isle of Man for longer than the period for which they are given leave to enter shall make an application to the competent authorities of the United Kingdom, the Channel Islands or the Isle of Man, as appropriate.

3. Nothing in this Agreement shall exempt Brazilian nationals proceeding to the United Kingdom, the Channel Islands and the Isle of Man nor British nationals proceeding to the Federative Republic of Brazil from the necessity of complying with the respective laws and regulations concerning the entry and residence (temporary or permanent) of foreigners and their participation, whether on a self-employed or salaried basis, in gainful activity. Travellers who are unable to satisfy the competent authorities that they comply with these laws and regulations are liable to be refused leave to enter or stay in the respective territories.

4. The competent authorities of the Federative Republic of Brazil and of the United Kingdom, the Channel Islands and the Isle of Man reserve the right to refuse leave to enter or stay in their territory in any case where the person concerned is considered undesirable or otherwise ineligible under the general policy of the respective governments relating to the entry or stay of foreigners.

5. Brazilian nationals travelling to territories not referred to in paragraph 2 above for the international relations of which the Government of the United Kingdom are responsible shall not come within the scope of this Agreement.

1. Translation supplied by the Government of the United Kingdom - Traduction fournie par le Gouvernement du Royaume-Uni.

6. The Government of the Federative Republic of Brazil or the Government of the United Kingdom may temporarily suspend the foregoing provisions in whole or in part for reason of public policy. In any such case the suspension and the lifting of that suspension shall be notified to the other Government through the diplomatic channel and shall have effect immediately upon such notification.

7. This Agreement may be terminated by either of the Parties on giving 30 (thirty) days' notice in writing to the other.

If the above proposals are acceptable to the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland I have the honour to suggest that the present Note and Your Excellency's reply shall constitute an Agreement relating to visas between the two Governments and shall enter into force 60 (sixty) days from the date of Your Excellency's reply.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurances of my highest consideration.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

II

Her Majesty's Minister of State for Foreign and Commonwealth Affairs to the Secretary-General for External Relations of the Federative Republic of Brazil

London

2 July 1998

Your Excellency,

I have the honour to acknowledge receipt of Your Excellency's Note of today's date, which in translation reads as follows:

[See Note I]

I have the honour to inform Your Excellency that the foregoing proposals are acceptable to the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, who therefore agree that your Note, together with the present reply, shall constitute an Agreement relating to Visas between the two Governments, which shall enter into force sixty days from today.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurances of my highest consideration.

TONY LLOYD

[TRANSLATION - TRADUCTION]

I

Londres, le 2 juillet 1998

*Le Secrétaire général aux relations extérieures de la République fédérative du Brésil au
Secrétaire d'Etat aux affaires étrangères et au Commonwealth*

Monsieur le Secrétaire d'Etat,

J'ai l'honneur d'informer votre Excellence d'une proposition d'accord relatif aux visas en vue de faciliter le voyage de ressortissants brésiliens au Royaume-Uni et le voyage de ressortissants britanniques au Brésil dans les termes suivants :

1. Sous réserve des dispositions des paragraphes 3, 4 et 5 de la présente note, les ressortissants britanniques munis de passeports britanniques valides indiquant que leur détenteur est un citoyen britannique ou a, pour d'autres motifs, le droit de résider dans le Royaume-Uni pourront se rendre librement dans la République fédérative du Brésil pour des périodes de 90 jours (quatre vingt dix) pour un maximum de 180 jours (cent quatre vingt) par année régulière sans être obligé d'avoir un visa. Les ressortissants britanniques qui veulent rester au Brésil pour une période plus longue devront présenter une demande aux autorités brésiliennes compétentes.

2. Sous réserve des dispositions des paragraphes 3,4, et 5 de la présente note, les ressortissants brésiliens munis de passeports brésiliens valides pourront se rendre librement dans le Royaume-

Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, les îles Anglo-Normandes et l'île de Man sans avoir à faire viser leurs passeports au préalable. Ceux désireux de séjourner dans le Royaume- Uni, les îles Anglo-Normandes ou l'île de Man au-delà de la date initialement autorisée devront demander un permis de séjour aux autorités compétentes du Royaume-Uni.

3. L'exemption du visa ne dispensera pas les ressortissants brésiliens qui se rendent dans le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, les îles Anglo-Normandes ou l'île de Man et les ressortissants britanniques qui se rendent au Brésil de l'obligation de se conformer aux lois et règlements relatifs à l'entrée et au séjour (temporaire ou permanent) des étrangers ou à l'exercice, par les étrangers, d'une activité lucrative en tant que travailleurs indépendants ou salariés. Les voyageurs qui seront dans l'impossibilité de prouver aux autorités compétentes qu'ils se conforment à ces lois et règlements pourront se voir refuser l'autorisation d'entrer ou de séjourner sur le territoire de l'Etat concerné.

4. Les autorités compétentes du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, des îles Anglo-Normandes et de l'île de Man et celles de la République fédérative du Brésil se réservent le droit de refuser l'entrée et le séjour sur leur territoire respectif à toute personne qu'elles jugeront indésirable ou autrement inadmissible selon les principes de politique générale de leur gouvernement concernant l'entrée et le séjour des étrangers.

5. Les dispositions du présent Accord ne s'appliquent pas aux ressortissants polonais qui voyagent à destination de territoires qui ne sont pas mentionnés au paragraphe 2 ci-des-

sus et dont les relations internationales relèvent de la compétence du Gouvernement du Royaume-Uni.

6. Le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord ou le Gouvernement de la République fédérative du Brésil Pologne peuvent suspendre temporairement tout ou partie des dispositions ci-dessus pour des raisons d'ordre public. Si tel est le cas, la suspension et sa levée seront notifiées immédiatement à l'autre gouvernement par la voie diplomatique et prendront effet immédiatement.

7. Chacune des Parties pourra dénoncer le présent Accord moyennant préavis écrit de 30 (trente) jours.

J'ai l'honneur de suggérer que, si les propositions ci-dessus rencontrent l'agrément du Gouvernement de la République de Pologne, la présente note et la réponse du Ministère constituent un accord relatif à la suppression des visas, entre les deux gouvernements, qui entrera en vigueur 60 jours (soixante) après réception de votre réponse.

Je saisis cette occasion, etc.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

II

Le Secrétaire d'Etat aux affaires étrangères et au Commonwealth du Royaume-Uni au Secrétaire général aux relations extérieures de la République fédérative du Brésil.

Londres, le 2 juillet 1998

Excellence,

J'ai l'honneur d'accuser réception de la note de Votre Excellence en date de ce jour dont la traduction est la suivante :

[Voir note I]

J'ai l'honneur d'informer Votre excellence que les propositions énoncées ci-dessus rencontrent l'agrément du Gouvernement du Royaume -Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord et que la note de Votre excellence avec la présente note constituent un accord relatif aux visas entre les deux Gouvernements qui entrera en vigueur soixante jours à partir d'aujourd'hui.

Je saisis cette occasion etc.

TONY LLOYD